

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**CLAUDIA DECARLI BOF**

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO:  
CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Santa Teresa

2022

CLAUDIA DECARLI BOF

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO:  
CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas, do Instituto Federal do Espírito Santo, Santa Teresa, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Orientador: Hugo Felipe Quintela

Santa Teresa

2022

(Biblioteca Major Bley do Instituto Federal do Espírito Santo)

B673d Bof, Claudia Decarli.

Diversidade e inclusão: conceito, teoria e prática na disciplina de Educação Física / Claudia Decarli Bof. – 2022.

29f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Hugo Felipe Quintela

Monografia (Especialização) – Instituto Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Práticas Pedagógicas. Santa Teresa, 2022.

Inclui bibliografias.

1. Educação física. 2. Ensino Fundamental. 3. Inclusão escolar. 4. Diversidade - Pessoa com deficiência. I. Quintela, Hugo Felipe. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 23 – 371.90472



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO  
Autarquia criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO FINAL DE CURSO

**Via web conferência**

**Presencial**

Ata de Defesa de Trabalho Final de Curso para concessão do Grau de Especialista pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Práticas Pedagógicas do Instituto Federal do Espírito Santo.

Santa Teresa - ES. Data da Defesa: 12 de agosto de 2022.

**Candidato:** Claudia Decarli Bof

**Orientador:** Profº. Drº Hugo Felipe Quintela

**Banca Examinadora:**

Jamille Locatelli (membro externo)

Jaqueline Scalzer (membro interno)

**Título do Trabalho:** DIVERSIDADE E INCLUSÃO: CONCEITO, TEORIA E PRÁTICA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**Hora de Início:** 14h

**Link da apresentação virtual:** <https://meet.google.com/aai-vhyr-ahz>

Em sessão pública, após exposição de cerca de < 20 > minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, tendo como resultado:

- APROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO POR UNANIMIDADE
- APROVAÇÃO SOMENTE APÓS SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE CONSTAM NA FOLHA DE MODIFICAÇÕES NO PRAZO FIXADO PELA BANCA (NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS)
- REPROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE CURSO

**NOTA DA BANCA:** < 90 >

**RESULTADO:** < **Aprovado** >

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros da banca via SIPAC.

Santa Teresa - ES. Data da Defesa: 12 de agosto de 2022.

< Gerar documento no SIPAC e colher eletronicamente assinaturas do orientador e dos membros da banca >



Emitido em 12/08/2022

ATA DE DEFESA N° 1/2022 - STA-CCTMA (11.02.30.08.02.06)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

*(Assinado digitalmente em 13/09/2022 15:06 )*

HUGO FELIPE QUINTELA

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

STA-CCTMA (11.02.30.08.02.06)

Matrícula: 2338793

*(Assinado digitalmente em 13/09/2022 16:38 )*

JAMILLE LOCATELLI

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

COL - CCTA (11.02.21.01.08.02.13)

Matrícula: 1721780

*(Assinado digitalmente em 13/09/2022 16:14 )*

JAQUELINI SCALZER

PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLOGICO

STA-CCLCB (11.02.30.08.02.04)

Matrícula: 1522850

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número:  
1, ano: 2022, tipo: ATA DE DEFESA, data de emissão: 13/09/2022 e o código de verificação: 3e69599618

## RESUMO

A inclusão das crianças com deficiência no espaço escolar, além de ser necessária, contribui para abolir o preconceito, pois permite aos estudantes conhecer suas habilidades e capacidades, desenvolver sua criticidade e até mesmo extrapolar o que se julga ser o seu limite. No entanto, é preciso reconhecer que a efetividade da inclusão depende da mobilização da escola, do aperfeiçoamento das práticas dos professores e das propostas pedagógicas e adaptações dos espaços físicos. Tais fatores podem contribuir significativamente para a reestruturação das condições atuais de ensino, principalmente nos níveis básicos. Diante disso, este trabalho buscou identificar as formas de inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física escolar, as possibilidades de estrutura adaptada do espaço físico e as propostas curriculares existentes e, a partir disso, propor sugestões de práticas para que a inclusão aconteça, inserindo, nesse processo, as reflexões e conclusões das crianças no contexto escolar. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, com foco na legislação vigente e em estudos sobre a inclusão aplicada à Educação Física. Em seguida, foi elaborada uma proposta de intervenção pedagógica, composta por oito aulas, que têm como objetivo principal proporcionar o conhecimento, o reconhecimento e a valorização, pelos alunos, das diferenças individuais. A bibliografia consultada indica que a inserção das pessoas com deficiência na escola regular se realiza por meio do convívio, que oferece às crianças a oportunidade de se relacionarem com os outros e, assim, ampliarem seus conhecimentos e experiências. Portanto, trabalhar eficazmente com as crianças com deficiência no contexto escolar contribui para a formação delas e para a sua inserção na sociedade, fazendo da inclusão uma atitude de respeito e compreensão às diferenças individuais. Por isso, a intervenção pedagógica proposta reitera que é preciso formar uma sociedade que não somente aceite e valorize as diferenças individuais, mas que aprenda, sobretudo, a conviver com a diversidade humana por meio da compreensão e da cooperação.

**Palavras-chave:** Educação Física. Crianças - Ensino Fundamental I. Inclusão – Escola. Diversidade – Pessoa com Deficiência.

## ABSTRACT

The inclusion of children with disabilities in school environments, in addition to being necessary, contributes to the abolition of prejudice, as it allows students to recognize their abilities and capacities, to develop critical thinking, and even to exceed what is considered their limit. However, it is important to recognize that the effectiveness of inclusion depends on the mobilization of the school, the improvement of teacher practices and pedagogical proposals, and adaptations to physical spaces. These factors can significantly contribute to the restructuring of current teaching conditions, especially in basic levels. In light of this, this work sought to identify the ways in which children with disabilities can be included in Physical Education classes, the possibilities of adapted infrastructure, and the existing curricular proposals. Based on this, we suggest practices that may enable inclusion, including the reflections and conclusions of children in the school context. To do this, the research is based on a literature review, focusing on current legislation and studies on inclusion applied to Physical Education. Next, we proposed a pedagogical intervention, consisting of eight classes aimed at promoting knowledge, recognition, and appreciation of individual differences by students. The consulted bibliography indicates that the inclusion of people with disabilities in regular schools is achieved through coexistence, which offers children the opportunity to relate to others and thus expand their knowledge and experiences. Therefore, working effectively with children with disabilities in the school context contributes to their formation and integration into society, making inclusion an attitude of respect and understanding for individual differences. Therefore, the pedagogical intervention reiterates the need to form a society that not only accepts and values individual differences but also learns to live with human diversity through understanding and cooperation.

**Keywords:** Physical Education. Children – Elementary School. Inclusion - School. Diversity - Persons with Disabilities.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>09</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1</b>	<b>A INCLUSÃO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA .....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nas diversas fases da minha vida escolar fui apresentada a diferentes metodologias que agregaram conhecimento ao longo de toda a minha trajetória discente, sempre sendo incentivada a construir um novo saber. Saber esse, ao qual sempre me vi refletindo, ao longo da minha formação, se este, seria acessível a todos, pensando inclusive, nas pessoas com deficiência. Filha mais velha de um casal com três filhas, sempre cobrada e incentivada a responsabilidade, vi na educação o ensejo de conquistar e viver muitos sonhos não vividos pelos meus pais, pela falta de oportunidade.

Quando me recordo da minha infância, da minha ingressão na vida escolar, lembro-me do jardim de infância, minha primeira experiência aos 6 anos, onde frequentei por um ano até ingressar no Ensino Fundamental. Com bastante lembranças, faz-se presente em minhas recordações as acolhidas e brincadeiras desenvolvidas na Educação Infantil. Ao ingressar no Ensino Fundamental tive a oportunidade de conhecer as aulas de Educação Física e de imediato obtive um despertar. Ao longo de todo meu percurso no Ensino Fundamental sempre observava as aulas propostas e me deliciava com as suas práticas. As aulas eram prazerosas, dinâmicas e diferentes das brincadeiras feitas na rua. Eu gostava desse direcionamento, me sentia importante, incentivada. No Ensino Médio, fiquei ainda mais atenta ao meu interesse pelas atividades práticas, principalmente as direcionadas nas aulas de Educação Física, onde passei a refletir a importância deste componente assim como as sensações que esta prática oferece.

Essas experiências, ao longo de minha jornada me despertaram o interesse pelas práticas corporais a ponto de, na fase jovem, escolher cursar graduação em Educação Física. A minha trajetória como professora começou ainda no meu período de graduação, antes mesmo de me graduar em Educação Física no ano de 2004, onde ingressei na Escola Estadual “Missionários Combonianos”, localizada em João Neiva/ES como professora de Educação Física para o Ensino Fundamental I e em 2005, aos 21 anos de idade, comecei a trabalhar como professora efetiva de Educação Física para o Ensino Fundamental pela Prefeitura Municipal de João Neiva. Neste período estava recém-formada no curso de graduação em Educação Física pela ESFA – Escola Superior São Francisco de Assis, em Santa Teresa/ES.

Perdurante os primeiros anos de formada, fiquei dividida entre os ensejos e sonhos, muitas dificuldades foram enfrentadas, fui prestando concursos públicos ofertados e obtendo

experiências que fizeram parte da minha trajetória enquanto professora de Educação Física Escolar.

Lecionar aulas de Educação Física no Ensino Fundamental me permitiu vivenciar muitas experiências, dentre elas, a de ensinar a alunos com deficiência, seja ela física, auditiva, visual ou cognitiva.

Tive a oportunidade de atuar no ano de 2008 como professora de Educação Física para alunos com deficiências na Associação Pestalozzi de Ibirajú, onde atendia todos os alunos nas diferentes necessidades e uma das minhas práticas educativas era oportunizar as práticas adaptadas a esses alunos, conforme a sua necessidade. Procurava atender individual ou em grupo, de acordo com o objetivo de aprendizagem, resgatando a autoestima, a autoconfiança e fazendo-os acreditar que é possível participar das aulas de Educação Física na escola.

Em 2009 assumi como professora efetiva de Educação Física para o Ensino Fundamental no município de Aracruz/ES, onde atuo até o presente momento. Durante esse tempo, fui buscando em minhas práticas aprimorar o desejo pela participação efetiva do aluno, cuja aprendizagem possa para que os objetivos da educação escolar sejam alcançados, através de aulas dinâmicas, estimulantes e interessantes.

Diante das minhas experiências ao longo desses anos, dentro da área da Educação Física Escolar, sempre busco levar minhas práticas às reflexões no que diz respeito à forma como as aulas de Educação Física são trabalhadas no ambiente escolar, cujas práticas inclusivas e participativas estão sempre em abrangência.

No ano de 2019 fui convidada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Aracruz a atuar como Professora Formadora daquela secretaria, a fim de ministrar encontros de formação continuada para professores de Educação Física da rede municipal. A oportunidade me possibilitou enxergar experiências diferentes das que havia vivenciado até o momento. A necessidade de organizar o encontro mensal de formação de professores da rede municipal, através de relatos e trocas de experiências entre os professores participantes me fez refletir a necessidade em se pensar no respeito a inclusão e compreensão às diferenças individuais encontradas em nossos discentes.

## 2 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa em questão visa identificar as formas de inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física escolar, e propor sugestões de práticas para que esta aconteça, assim como sensibilizar as demais crianças ao redor, e diante disso, identificar a estrutura adaptada do espaço físico e as propostas curriculares.

Com a evolução das teorias na Educação e na Educação Física, novos questionamentos vêm surgindo, e a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, vêm contribuindo para levar o componente curricular a um lugar de evidência na “formação de cidadãos críticos, participativos e com responsabilidades sociais”.

A LDB apresenta, em seu artigo 26, no parágrafo 3º, que a Educação Física está integrada a proposta pedagógica da escola, ela é componente curricular da educação básica, ajustando-se às condições da população escolar. Assim, parte-se do princípio de um dos objetivos gerais da Educação Física no ensino Fundamental é que a criança, através de atividades corporais, conheça a si próprio e aos outros, e principalmente que respeite as individualidades.

Segundo os PCNs, que são documentos que trazem subsídios para os profissionais da área de Educação Física, onde a proposta curricular é incluir os temas transversais nas aulas, que são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Orientação para Trabalho e Consumo, o professor deve estimular uma reflexão, e assim contribuir para uma visão crítica da disciplina dentro do meio social, onde a Educação Física reflete uma mudança no seu objetivo onde um deles é formar cidadãos e não formar atletas, tendo visto que um de seus principais objetivos no ensino fundamental é que os alunos sejam capazes de participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características, físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características, pessoais, físicas, sexuais ou sociais (BRASIL, 1998, p. 43).

A presente pesquisa tem como questão levar a comunidade escolar da qual faço parte, a reflexão sobre as questões sociais e educativas a partir do problema: “Como promover a inclusão da criança com deficiência no ambiente escolar a partir da disciplina de Educação Física?” e tem como objetivo sensibilizar os alunos desta comunidade escolar que a inclusão é um direito, uma atitude de valor e respeito, que é por meio dela que se pode construir uma sociedade que aceite e valorize as diferenças e às limitações individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade, através da compreensão e da cooperação, resgatando valores que são bases da sociedade

democrática, que realmente possam contemplar as ações do coletivo sobre o individual, questionando as atitudes e procedimentos pedagógicos com relação à participação das crianças com deficiências nas aulas de Educação Física, garantindo uma aula mais solidária e humanizada.

Atuando como professora de Educação Física no Ensino Fundamental há 17 anos e diante da minha trajetória de educadora, tenho percebido a importância de trabalhar a inclusão nas práticas de Educação Física, no contexto escolar. A inclusão sendo, antes de tudo, um direito, precisa ser apresentada como valor indissociável das práticas pedagógicas e do projeto que constitui o meio escolar. Pois só assim é possível construir um espaço democrático, formando cidadãos que compreendem a importância do respeito e compreensão às diferenças individuais. Desse modo, a inclusão deve ser garantida a todos os alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme assegura Soler (2005, p. 102), quando ele afirma que:

A escola deve se preparar para receber todas as diferenças, e perceber que cada ser humano é único, e é por isso nos tornamos pessoas especiais. Sendo tarefa do professor de Educação Física compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentem NEE, atendendo as características individuais de cada um.

Diante disso, entendemos que compete a escola conciliar-se aos diferentes ritmos de aprendizagem, reconhecendo as necessidades dos alunos e assegurando um ensino de qualidade a todos, por meio de seus métodos de ensino. O comportamento dos alunos na presença das diferenças individuais é algo que se conceberá na convivência, na experiência e dependerá da atitude e métodos em que o professor irá adotar.

Segundo Amaral (1998), é possível sim incluir todos os educandos ao grupo, respeitando seus limites e ao mesmo tempo dando oportunidade para que desenvolvam suas potencialidades, assim entendendo as necessidades do outro e respeitando-as.

Nesse cenário em que a inclusão precisa perpassar todo o fazer escolar, a Educação Física escolar se constitui em uma área de adaptação quando permite a participação de jovens e crianças em atividades físicas adequadas a suas possibilidades, fazendo com que sejam valorizados e integrem-se em um mesmo mundo. Ela enquanto adaptativa ao aluno com deficiência, possibilita a sua compreensão de capacidades, fazendo com que busque uma melhor adaptação (CIDADE; FREITAS, 1997).

Assim, a minha experiência me fez refletir a necessidade de repensar a prática das crianças com deficiência e a sua inclusão, tornando-se necessário criarmos a partir das práticas, uma

identidade para o componente Educação Física no ambiente escolar, dando-a significado no contexto escolar, promovendo valores que realmente possam privilegiar as ações inclusivas. Este tema pretende suscitar no meio escolar a relevância da criança com deficiência, como ser pleno em seu potencial, a importância de questionar a prática pedagógica excludentes, assim como os espaços físicos e suas adaptações a propostas curriculares.

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos. Dessa maneira, consegue-se garantir um trabalho em Educação Física Escolar com as crianças com deficiência de maneira completamente inclusiva, tendo em vista as habilidades previstas para aquela faixa etária.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão no âmbito escolar é um tema muito recente que vem se difundindo progressivamente, ganhando assim, espaço nas escolas. Tem como base a educação de igualdades de oportunidades, promovendo assim, a convivência com as diversidades, as diferenças, uma prática pedagógica voltada para o aluno, levando em consideração suas capacidades e potencialidades, em detrimento de suas limitações, sempre valorizando e respeitando as limitações de cada criança no ambiente escolar.

No contexto da inclusão social, a educação inclusiva prevê a integração do aluno com deficiência no ambiente escolar. Em 1994, quando foi elaborada a Declaração de Salamanca, que defendia a questão da escola inclusiva, ou seja, uma escola capaz de oferecer uma educação igualitária a todos os indivíduos da sociedade, apta a receber qualquer criança independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, financeiras, entre outras. A Declaração de Salamanca (1994, p. 11) aponta que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos [...].

O documento defende a ideia de a criança deficiente ter direito a educação, uma vez que esta é dotada de características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens. O documento frisa ainda a importância dos sistemas de educação inclusiva e o cumprimento deles por parte do governo para o alcance de uma real inclusão desses indivíduos no meio circundante.

A inclusão das crianças com deficiência no espaço escolar, além de contribuir para formar cidadãos e uma sociedade menos excludente e preconceituosa. As práticas inclusivas na educação oportunizam desenvolver habilidades, capacidades, criticidades não só dos discentes, mas de toda comunidade escolar extrapolar o que se julga ser o seu limite. No entanto, é preciso reconhecer que o sujeito da inclusão depende da mobilização da escola e do aperfeiçoamento das práticas dos professores, assim como das propostas pedagógicas e adaptações dos espaços físicos, fatores esses, que podem contribuir significativamente para a reestruturação das condições atuais de ensino, principalmente nos níveis básicos. O sucesso da proposta de inclusão decorre da adequação do processo escolar voltado para a diversidade dos alunos.

Na escola, “pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares, onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (CARVALHO, 1998, p.170).

No contexto nacional, são muitos os documentos que tratam da inclusão como A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constituição de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Programa de Complementação aos Atendimentos Educacionais Especializados as pessoas Portadores de Deficiência, Plano Educacional de Educação Especial e decretos como: Decreto nº 208/97 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação. Fora do Brasil também existem outros documentos que regulamentam a educação especial como: A Declaração de Salamanca, Carta para Terceiro Milênio, Convenção de Guatemala, Declaração das Pessoas Deficientes, Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão, sendo decretos internacionais que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiências.

Diante da regulamentação da inclusão social, tem-se buscado realizar, principalmente no Brasil, pequenas e grandes mudanças em lugares como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para melhor atender esses indivíduos, com igualdade de oportunidade para todos, pois, como destaca Stainback (1999, p. 22), “Todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender uma com as outras e conquistam atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos”.

No entanto, esses objetivos não foram totalmente alcançados, pois ainda existem um grande número de setores públicos e privados que não passam por essas informações, como é o caso de inúmeras escolas que precisam ser reestruturadas para melhor acolherem pessoas com deficiências, que sejam físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e em qualquer grau que essas se apresentem. A escola como espaço inclusivo vem sendo pauta de vários debates. Este tema se refere a questões físicas que norteiam o espaço escolar, pois irá tratar da arquitetura ou engenharia, transporte e acessibilidade, por exemplo. As questões atitudinais também são abordadas neste tema pois envolve sentimentos, comportamentos e valores.

O que se precisa levar em consideração é que o indivíduo com deficiência deve ter a igualdade de acesso a qualquer recurso da comunidade, e mais do que isso, devem ser-lhes oferecidas às mesmas oportunidades disponíveis ao não deficiente, sem que seja necessário ao desenvolvimento social. Para Carmo (1997, p. 47), “As discussões em torno da inclusão

precisam deixar de considerar isoladamente o excluído e formar um todo de uma mesma relação, não permitindo que se isole um ou outro no momento da análise”.

Levando em consideração que a não aceitação de deficiência decorre principalmente da desinformação generalizada da sociedade a respeito das dificuldades apresentadas por seus portadores, é que se faz necessário estabelecer integrações o mais cedo possível, pois isso facilitará a vivência desses indivíduos, a compreensão de suas limitações e, mais que isso, a aceitação por parte dos outros.

Dessa maneira, a inclusão pode ser vista como um processo pelo qual a sociedade se adapta a fim de poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas que apresentam necessidades especiais, preparando-as para assumirem seu papel de cidadão na sociedade. Para tanto, a inclusão social está embasada em princípios considerados para muitos incomuns, como por exemplo, a aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, a convivência dentro da sociedade onde há necessidade humana e a aprendizagem por meio da cooperação.

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade requer, portanto, a adoção de mecanismos que propiciem a igualdade de oportunidades e a preparação para a vida. O fato de apresentar alguma dificuldade, seja de locomoção, visual, auditiva ou intelectual, não deve alijá-la do processo produtivo, nem tampouco torná-lo objeto das ações de caráter meramente assistencialista (VIÉGAS, 2000, p. 16).

Assim, é necessário que não apenas a escola, mas toda a sociedade busque meios de estabelecer um sistema educativo que contribua para o desenvolvimento e formação global de todos sem distinção e isto, conseqüentemente, contribuirá para a construção de uma sociedade inclusiva, integradora e democrática.

Ainda existe uma grande resistência da sociedade em normalizar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para que seja possível a inserção de pessoas com deficiência em seu meio, dessa maneira que estas possam buscar seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Desta maneira, pode-se perceber a falta de consciência e a sensibilidade do direito humano, da inclusão, ideias que hoje são tão debatidas e difundidas em nosso meio.

Além disso, esses espaços excludentes acabam permitindo que continue a haver discriminação, estigma e preconceito. Entretanto, pensar numa sociedade não se deve apenas pensar um sonho irrealizável:

Sociedade inclusiva é uma estratégia possível, é preciso que, para ela existir, ocorra uma mudança num contexto social, de forma que a sociedade entenda que precisa estar apta para atender às necessidades especiais por meio da educação, reabilitação e



qualidade não deve ser visto como pré-requisito para que eles participem da inclusão (OLIVEIRA, 2001, p. 47).

Sobre isso, as Diretrizes nacionais para educação especial na Educação Básica relatam que “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p. 25). Desta maneira, podia se perceber que faltava a consciência e a sensibilidade do direito humano, da inclusão, ideias que hoje são tão comuns em nosso meio.

A Lei de diretrizes e bases da educação (LDB 9.394/96) estabelece o direito de todos a educação, sendo dever do estado e da família promovê-la, conforme o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional: “Art.2º. A educação dever família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o plano desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Transformar a escola em um ambiente inclusivo significa favorecer oportunidades iguais para todas as pessoas que dela fazem parte, possibilitando a todos esses sujeitos estarem na sociedade de maneira participativa, contribuindo para a aceitação da ideia de haver igualdade para todas as pessoas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n 9294/96, também defende essa ideia quando estabelece ser a educação um direito de todos e com um novo enfoque para a Educação Especial. A LDB garante aos deficiência atendimento especializado como suporte ao ensino regular, adequado ao grau de comprometimento do aluno.

Assim, é necessário reconhecer a importância da Educação Especial:

O papel que a Educação Especial assume [...] uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania (SEEP, 1999, p. 23).

A inclusão na escola seria, portanto, o processo pelo qual a própria instituição adapta-se e transforma-se para poder estar preparada a inserir em suas classes regulares crianças e jovens com necessidades especiais que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

### 3.1 A INCLUSÃO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No componente curricular Educação Física conseguimos perceber de modo evidente a diversidade que existe em nosso meio escolar, assim também, conseguimos reconhecer em cada criança as suas diferenças individuais, as suas habilidades, dificuldades e limitações, e que, frequentemente, não são aceitas pelos colegas, pois o desenvolvimento da aula e a maneira como o professor conduz, não torna-se favorável para proporcionar a equidade de participação e para a formação do cidadão reflexivo e consciente de seu lugar na sociedade.

Percebemos, assim, a necessidade de novas metodologias a serem praticadas nas aulas de Educação Física escolar, de modo a garantir um processo de ensino-aprendizado com significado e valor, garantindo o objetivo principal do componente que consiste em formar cidadãos críticos, reflexivos e com autonomia para seu exercício de cidadania. Finck (2011, p. 68) enfatiza que

o mundo de hoje requer cidadãos que tenham não só conhecimentos, mas também que saibam como utilizá-los em benefício de si e dos outros [...]. E, ainda que, [...] por meio de um projeto político pedagógico diferenciado, a escola poderá buscar a formação do aluno como cidadão, para que ele possa atuar na sociedade de forma que venha contribuir na sua melhoria.

Seja qual for o objeto de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem da Educação Física, a individualidade e as características dos alunos devem ser consideradas, assim como as potencialidades valorizadas e as limitações respeitadas (FINCK, 2011, p. 33).

Na prática, realizar uma adaptação de uma atividade em Educação Física escolar para uma criança com necessidades especiais já proporciona a inclusão. Assim, adaptar e oferecer condições para a participação da criança com deficiência garante que a mesma consiga realizá-la, respeitando os limites individuais, ao mesmo tempo possibilitando um avanço para esta criança. Cabe à escola, através da equipe pedagógica e dos professores, por meio dos seus métodos de ensino, adaptar-se aos distintos ritmos de aprendizagem, reconhecendo as necessidades dos alunos e assegurando um ensino de qualidade a todos.

É preciso ainda, que haja um novo significado para a prática docente do professor de Educação Física, uma vez que este deixa de ser apenas treinador de habilidades (conceito ultrapassado de Educação Física escolar) e passa a promover a inclusão através da valorização da cultura corporal de movimento, fazendo com que a aula de Educação Física seja um espaço para todos, abolindo a prática excludente da Educação Física escolar, que priorizava somente o rendimento,

valorizando os mais habilidosos, classificando os alunos como aptos e não aptos, através da repetição mecânica dos movimentos e gestos esportivos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, 1998, apresenta propostas de reversão desse histórico excludente, passando a ter como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento. por meio da participação e reflexões concretas.

Desse modo, a função do professor de Educação Física no ambiente escolar é incluir oferecendo a criança com deficiência experiências novas, proporcionando desafios onde a criança tende a assimilar com o conhecimento que possui. Assim, a prática deve sempre valorizar um conhecimento previamente já existente, dominante, para aos poucos, serem incorporados novos elementos, estimulando-a a uma reorganização interna que favorece novos conhecimentos.

Sobre isso, Soler (2005) afirma que:

(...) a tarefa do professor de Educação Física é complexa, pois deve compatibilizar os interesses do grupo com aqueles que apresentam NEE, atendendo a individualidade de cada um. E cada vez mais a necessidade de se praticar a inclusão, está ligada a nós profissionais. Devemos então, nos apropriar de conhecimentos específicos sobre certos aspectos da deficiência e partir do conhecimento de tais aspectos, afinal, educar para a diversidade é o objetivo maior da Educação. Em algumas deficiências, o professor de Educação Física, sendo o facilitador, deve tomar precauções, como, sempre estar atento, adequando o espaço a todos. Uma opção para a inclusão nas aulas de Educação Física é o esporte, que inclui todos os que querem jogar, participando do início até o fim. Ensinando o esporte estaremos também ensinando valores humanos essenciais para a formação de um ser humano integral, investindo nas habilidades pessoais e de relacionamento social (SOLER, 2005, p. 63)

Compreende-se então, a partir deste texto, a utilização do movimento como principal recurso educativo nas aulas de Educação Física oportunizando a promoção integral do indivíduo, possibilitando ao mesmo a compreensão de seus limites e capacidades, favorecendo seu desenvolvimento.

Desse modo, incluir as crianças com deficiência nas aulas de Educação Física escolar exige um planejamento que visa atender as necessidades educativas a partir do conhecimento da clientela de estudantes a ser trabalhada, para assim, utilizar métodos que possam ser aplicados, promovendo situações de aprendizagem de modo que todos encarem desafios, sejam estimulados a resolver problemas e superem as dificuldade encontradas, cada qual em seu tempo, respeitando-se as diferenças ,com as devidas adaptações ao aluno com deficiência, garantindo assim, a participação efetiva e seus avanços.

A Educação Física escolar se constitui em uma área de adaptação quando permite a participação de jovens e crianças em atividades físicas adequadas a suas possibilidades, fazendo com que sejam valorizados e integrem-se em um mesmo mundo. Ela enquanto adaptativa ao aluno com deficiência, possibilita a sua compreensão de capacidades, fazendo com que busque uma melhor adaptação (CIDADE; FREITAS, 1997).

#### **4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

A presente proposta oferece sugestões para as práticas aplicadas às crianças com deficiência e à sua inclusão no meio escolar, com o objetivo de proporcionar o conhecimento e o reconhecimento das diferenças individuais identificadas nas aulas de Educação Física escolar. Essas condições de deficiência, parte dessas diferenças, podem ajudar a construir uma nova ação pedagógica a ser aplicada, de modo a proporcionar motivação e reflexão que tornem os alunos conscientes da importância de respeitar as diversidades, através das práticas de esportes e brincadeiras adaptadas. Desse modo, proporciona-se aos alunos a aprendizagem, o reconhecimento e as vivências com as diferenças individuais.

O objetivo da proposta é oferecer aulas nas quais os alunos vivenciem as dificuldades encontradas pelas crianças com deficiências, as suas limitações, bem como as superações necessárias para a execução de cada movimento. Desse modo, torna-se possível a eles compreender e respeitar as diferenças do outro, por meio de novas estratégias metodológicas, com adaptação de conteúdos e atividades, que valorizam o resgate de valores humanos para desenvolver o reconhecimento e o respeito às características individuais de cada um e ao lugar que ocupam na sociedade.

As estratégias metodológicas escolhidas para as sequências didáticas envolvem: i. atividades práticas adaptadas conforme as deficiências identificadas nos grupos de estudantes; e ii. discussões sobre a temática/contextualizações sobre o tema estudado.

Com essa proposta de intervenção pedagógica, espera-se que as crianças possam compreender e reconhecer as diferenças individuais, suas dificuldades e suas possibilidades, através de práticas que proporcionem aquisição de valores e respeito às diferenças. Isto é, por meio de práticas como possibilidade de superação, os alunos podem ser levados à mudança de comportamento e atitudes durante as aulas.

**Público-alvo:** Alunos do 4º ano do Ensino Fundamental

**Componente curricular:** Educação Física

**Unidade temática:** Brincadeiras e jogos

**Conteúdos:** Inclusão, diversidade e identidade

**Objetivos Gerais:**

- Reconhecer que todos os colegas de sala de aula, com ou sem deficiência, possuem habilidades e dificuldades;

- Romper com preconceitos em relação às crianças com deficiência;
- Conhecer os colegas de sala de aula, reconhecendo seus limites e possibilidades, a fim de uma convivência inclusiva.

### **Aula 1 – A experiência de não enxergar**

**Objetivo:** Desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Inclusão, diversidade e identidade

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** TNT preto cortado em tiras, para vender os olhos dos alunos.

**Organização da turma:** Na quadra, organizar os alunos para uma roda de discussão e distribuir venda para cada aluno, para que eles possam vender os olhos.

**Introdução:** Após todos estarem vendados e afastados, o(a) professor(a) começa a dinâmica, fazendo algumas provocações à reflexão: como é a sensação de não enxergar? Podemos utilizar outros sentidos para perceber o que acontece ao nosso redor? Conseguimos ouvir sons que não eram percebidos? Sem enxergar, os outros sentidos podem suprir essa necessidade?

Diante da deficiência, a pessoa com necessidades especiais, cega ou com baixa visão, terá que aprender a identificar diversos sons para ajudar na sua locomoção. Vamos tentar usar sons diferentes para nos orientar? O(a) professor conduz os alunos a algumas direções, utilizando apenas a voz.

**Desenvolvimento:** Após essa reflexão inicial, os alunos são separados em duplas e apenas um deles permanece com a venda nos olhos. O aluno sem venda é designado como guia, e deve conduzir o outro colega em diferentes direções utilizando apenas a voz, sem tocá-lo. Após um determinado tempo, o guia deve ser trocado. A atividade será aplicada primeiramente com o guia próximo ao guiado, depois com uma distância maior entre eles. Opcionalmente, para aumentar o grau de dificuldade, os guias podem ser espalhados pelo local da atividade, e o aluno vendado deve localizar seu guia, através de voz, e tentar chegar até ele.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos fazem comparações e reflexões acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo.

### **Aula 2 – Bola ao centro**

**Objetivo:** Conhecer os colegas de sala de aula, reconhecendo seus limites e possibilidades, a fim de uma convivência inclusiva; desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Inclusão, diversidade e identidade

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Vendas (faixas) e uma bola com guizo.

**Organização da turma:** Na quadra, os alunos formam duas filas, com o mesmo número de participantes; todos deverão usar vendas nos olhos. Os alunos estarão dispostos nas laterais da quadra, virados para o centro. Cada aluno receberá um número diferente e sequencial, que será o mesmo (espelhado) para as duas fileiras.

**Introdução:** O(a) professor(a) explica o procedimento e o objetivo da dinâmica. A bola ficará no centro da quadra, sendo movimentada. Quanto o(a) professor(a) falar um número, os representantes do número (um de cada fileira) deverão ir em direção à bola, buscando tocá-la.

**Desenvolvimento:** O(a) professor(a) escolhe e chama os números (em ordem ou aleatoriamente) e os alunos devem tentar capturar a bola, que está sendo levemente movimentada no centro. A cada vez que um aluno encontra e toca na bola, sua equipe recebe um ponto. O exercício tem caráter competitivo, por isso vence a equipe que marcar mais pontos dentro do tempo de realização da dinâmica.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos fazem comparações e reflexões acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo.

### **Aula 3 – Caminhada orientada**

**Objetivo:** Reconhecer e respeitar diferenças individuais e de desempenho orientadas aos estudantes da Educação Especial; experimentar e fruir brincadeiras, jogos e práticas corporais orientadas à individualidade do público-alvo da Educação Especial.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Brincadeiras, jogos e práticas corporais do público-alvo da Educação Especial.

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Vendas e cabos de vassoura (para metade da turma)

**Organização da turma:** Na quadra ou pátio, os alunos são divididos em dois grupos, sendo o primeiro grupo formado por alunos vendados, que representarão os deficientes visuais, e o segundo grupo, sem venda, serão os guias. Os alunos vendados recebem um cabo de vassoura para auxiliar em seu deslocamento.

**Introdução:** O(a) professor(a) explica o objetivo e o procedimento da dinâmica: as duplas deverão percorrer um trajeto pelas áreas comuns da escola. Durante esse percurso, devem observar não apenas a experiência pessoal de não enxergar, mas também as facilidades e/ou

dificuldades encontradas na infraestrutura da escola. O percurso pode ser livre ou pré-definido pelo(a) docente.

**Desenvolvimento:** Os alunos vendados devem executar trajetos de caminhada nos locais comuns de acesso e deslocamento, como a entrada da escola, o caminho até a sala de aula, o percurso da sala de aula ao bebedouro e do bebedouro para a quadra, entre outros. Os alunos guias não devem conduzir fisicamente o aluno vendado, apenas auxiliá-lo verbalmente, mas precisam garantir a segurança do colega quando necessário. Os papéis de guia e guiado devem ser trocados em algum ponto do percurso. Se este for circular (isto é, termina e começa em um mesmo ponto, sem refazer nenhum caminho), os alunos devem trocar de função na metade; se for linear (isto é, vai de um ponto a outro, passando pelo mesmo caminho para retornar ao ponto inicial), um aluno realiza a ida e o outro a volta.

**Avaliação:** Os alunos discutem sua percepção sobre a experiência. Em seguida, divididos em duplas ou trios, fazem uma pequena lista, com duas colunas, citando pontos positivos e pontos negativos da estrutura da escola em relação à locomoção de pessoas com deficiência visual.

#### **Aula 4 – Futebol adaptado**

**Objetivo:** Reconhecer e respeitar diferenças individuais e de desempenho orientadas aos estudantes da Educação Especial; experimentar e fruir brincadeiras, jogos e práticas corporais orientadas à individualidade do público-alvo da Educação Especial.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Inclusão, diversidade e identidade

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Vendas e bola com guizo.

**Organização da turma:** A aula possui duas etapas, por isso, duas organizações:

Organização 1: os alunos são alocados em uma fileira única, se preparando para bater pênaltis. Um aluno é posicionado, sem venda, como o goleiro que vai iniciar a partida, enquanto o primeiro da fila dos pênaltis é vendado, preparando-se para fazer a cobrança.

Organização 2: depois de todas as cobranças de pênaltis, os alunos são separados em duplas, formadas por um guia (sem venda) e um guiado (com venda) e dois alunos são designados como goleiros fixos, sem venda. Cada dupla será um time.

**Introdução:** O(a) professor(a) explica o objetivo e o procedimento da dinâmica: a aula será feita em duas etapas, uma de cobrança de pênalti com olhos vendados e outra de partida de futebol.

**Desenvolvimento:**



Etapa 1: As cobranças de pênaltis serão feitas pelos alunos por meio de um revezamento cíclico. O primeiro aluno da fila formada é vendado e deve chutar ao gol. Em seguida, ele retira a venda e assume a função de goleiro, defendendo a cobrança do próximo da fila, e assim sucessivamente. A atividade segue até que todos tenham sido batedor e goleiro ao menos uma vez.

Etapa 2: Após a vivência do chute e defesa sem enxergar, duas duplas (cada uma delas formada por um guia e um guiado) são colocadas em lados opostos da quadra, para disputar uma partida de futebol. Somente as crianças de olhos vendados podem chutar a bola. Após um tempo determinado ou a realização de um gol por uma das duplas, as crianças do mesmo time devem trocar de função. Finalizado mais um tempo ou outro gol, as duplas são trocadas por uma nova dupla. Nessa partida, os goleiros são fixos (independentemente das duplas) e jogam sem vendas. Opcionalmente, para aumentar o grau de dificuldade, os goleiros podem ser impedidos de realizar defesas com os braços.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos fazem comparações e reflexões acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo.

### **Aula 5 – Qual é o comando?**

**Objetivo:** Desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade; reconhecer e respeitar diferenças individuais e de desempenho orientadas aos estudantes da Educação Especial.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Inclusão, diversidade e identidade

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Papéis nas cores vermelho, verde e amarelo; placas com os números 2 e 3.

**Organização da turma:** Dispor os alunos em círculo, ou de modo que todos possam visualizar e ouvir o(a) professor(a) e seus comandos.

**Introdução:** O(a) professor(a) explica o objetivo da dinâmica, que é exercitar os sentidos, sobretudo a visão – em detrimento, nesse caso, da fala/escuta –, pois os comandos serão todos feitos por meio das placas, sem linguagem verbal. Em seguida, apresenta as placas e seus significados. Para o desenvolvimento da atividade, deve ser observada a seguinte relação entre cores, ou números, e ações:

Placa vermelha – Pare!

Placa amarela – Ande!

Placa verde – Corra!

Placa com 2 – em dupla

Placa com 3 – em trio

**Desenvolvimento:** Os estudantes observam atentamente a demonstração das cores e dos números indicados pelo(a) professor(a), pois eles designam a tarefa a ser efetuada. Os números indicam a formação dos grupos e as cores informam os movimentos propostos pelo professor. Por exemplo, se o professor mostrar a cor verde e fizer o número três, os alunos deverão correr em trios. Em seguida, eles param, quando a placa vermelha é levantada. Se apenas uma cor for levantada, sem número, a ação deve ser feita individualmente. Ao sinal do professor, todos os alunos dispostos pela quadra, devem executar os movimentos conforme os estímulos visuais recebidos.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos discutem a importância da inclusão e de se colocar no lugar do outro.

## **Aula 6 – A experiência de não andar**

**Objetivo:** Desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade; propor e produzir alternativas para a vivência de brincadeiras, jogos e práticas corporais na escola e fora da escola; reconhecer e respeitar diferenças individuais e de desempenho orientadas aos estudantes da Educação Especial.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Brincadeiras, jogos e práticas corporais do público-alvo da Educação Especial.

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Cadeiras de rodas.

**Organização da turma:** Na quadra, a turma será dividida em grupos, de acordo com as cadeiras de rodas disponíveis.

**Introdução:** O(a) professor(a) apresenta o objetivo da dinâmica, que é vivenciar situações em que há restrição de mobilidade dos membros inferiores. Em seguida, explica que, enquanto o primeiro grupo realiza atividade proposta, o(s) outro(s) esperam pela sua vez, observando e, se preciso, garantindo a segurança dos colegas que realizam a atividade.

**Desenvolvimento:** Os alunos, sentados em suas cadeiras de rodas, fazem um certo percurso e realizam algumas tarefas do seu cotidiano escolar, como se movimentar de um lado a outro na quadra, utilizar o bebedouro, deslocar-se pelo pátio da escola, ir até a sala de aula, entre outros. Durante esse processo, devem observar as condições de mobilidade e acessibilidade da escola. Após o primeiro grupo realizar o trajeto, trocam-se as funções.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos discutem acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo. Em seguida, elaboram, coletivamente, uma lista de sugestões de melhorias para a acessibilidade na escola.

### **Aula 7- Jogo dos toques**

**Objetivo:** Desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade; propor e produzir alternativas para a vivência de brincadeiras, jogos e práticas corporais na escola e fora da escola.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Brincadeiras, jogos e práticas corporais do público-alvo da Educação Especial.

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Bola de voleibol e rede medindo 1m de altura.

**Organização da turma:** Na quadra, os alunos formam equipes com 5 jogadores cada. Participam duas equipes por partida. Cada equipe permanece sentada livremente em cada lado da quadra de vôlei, dividida pela rede.

**Introdução:** O(a) professor(a) apresenta a dinâmica aos alunos. Primeiro, pergunta se já viram (na televisão, na internet, ou outro meio) partidas de vôlei sentado e se lembram das principais regras do vôlei tradicional. Em seguida, explica que jogarão o vôlei sentado e como deverá ser realizado (regras de saque e de passes, pois são diferentes do tradicional, e quantidade de pontos)

**Desenvolvimento:** Seguindo, em linhas gerais, as regras de uma partida de vôlei tradicional, o jogo se inicia com um aluno posicionado de fora da quadra, porém sentado, que deve arremessar (pode usar as duas mãos) a bola sobre a rede até o campo adversário. Após o lançamento, o arremessador retorna para dentro da quadra. Também sentado, um participante da equipe adversária deve pegar a bola arremessada, passando-a em seguida para um de seus colegas do time. Todos os membros do time devem pegar a bola, sem deixá-la cair ou segurá-la por mais de 5 segundos, e ela será devolvida à equipe adversária pelo quinto participante. Realizada a ação completa, a equipe marca um ponto. Caso a bola caia no chão, ou seja passada para o outro campo sem que todos os componentes a tenham segurado, será ponto para a equipe adversária. Vence a equipe que marcar 20 pontos primeiro

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos discutem acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo.

### **Aula 8- Arremesso em cadeira de rodas**

**Objetivo:** Desenvolver debate e o trabalho em equipe, comunicação e respeito à diversidade; planejar e utilizar estratégias para as tomadas de decisões nas brincadeiras e jogos populares dos contextos familiar e comunitário, com base no reconhecimento dos princípios dessas práticas.

**Conteúdos a serem trabalhados:** Brincadeiras, jogos e práticas corporais do público-alvo da Educação Especial.

**Tempo de execução:** 1 aula (50 min)

**Materiais necessários:** Cadeiras de rodas e bola de basquetebol.

**Organização da turma:** Dividir os grupos de acordo com o número de cadeiras disponíveis. Em duplas, um aluno fica sentado na cadeira de rodas e outro fica por conta de conduzi-lo durante a brincadeira. São formados dois times, cada um com três duplas.

**Introdução:** Os alunos são instruídos de que irão experimentar a vivência do deslocamento na cadeira de rodas. O(a) professor(a) os prepara para atividade averiguando oralmente seus conhecimentos sobre basquetebol e basquetebol adaptado.

**Desenvolvimento:** Semelhante ao basquetebol adaptado, as crianças, que estão em duplas e distribuídas em duas equipes, passam a bola entre os jogadores de sua equipe. Após a bola passar por todos os jogadores, o último a recebê-la deverá arremessá-la na cesta de basquetebol, cuja altura também deve ser adaptada. Feito o arremesso, com ou sem acerto, a bola passa a ser da equipe adversária, que faz a mesma sequência, finalizando os passes com o arremesso na cesta de basquetebol. Somente é permitido passar a bola entre os jogadores sentados nas cadeiras de rodas. Vence a equipe que converter o maior número de cestas dentro do tempo determinado.

**Avaliação:** Ao final da aula, os alunos discutem acerca da importância da inclusão e de se colocar no lugar do próximo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário, é justificável a compreensão que a Educação Física adaptada tem a função importante no desenvolvimento dos alunos de uma maneira ampla, com abrangência nas crianças com deficiência, no que tange no desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Visto que as aulas buscam oportunizar práticas acessíveis a todos, sem que haja desigualdades, tornando-os mais confiantes. Assim, o presente artigo traz proposta de atividades para a realização da inclusão escolar nas aulas de Educação Física que vão ao encontro com o que foi apresentado neste estudo.

A Educação Física por sinal, como componente integrante do sistema de ensino, encontra-se também imersa nessa mesma situação. Embora consciente de sua importância nesse processo, os professores dessa disciplina também não se sentem preparados adequadamente para lidar com alunos deficientes, que por sinal são realidade presente na maioria das escolas.

Por outro lado, sim, acreditamos que com muito esforço e dedicação a inclusão na escola pode sim acontecer. Para isso, todos precisam caminhar juntos buscando alternativas que venham a efetivar na prática tudo aquilo que está descrito teoricamente. A persistência é fundamental nesse processo, visto que a educação inclusiva ainda é um aprendizado e que certamente ocorrerá de forma lenta e gradual em nosso país.

Para finalizar, cremos que o ponto de partida para que a inclusão de fato aconteça seja a conscientização de todos. É preciso assim, formar uma sociedade que não somente aceite e valorize as diferenças individuais, mas que aprenda, sobretudo, a conviver com a diversidade humana por meio da compreensão e da cooperação.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 11-30.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: Acesso em: 17 outubro 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Secretaria dos Direitos da Cidadania. **Normas e recomendações internacionais sobre a deficiência**. Brasília: Corde, 1996.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.
- BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. SEEP, MEC. Brasília, 1994.
- BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Malaga: Ediciones Aljibe, 1995.
- CARMO, Apolonio A. do. Inclusão Escolar: roupa nova em corpo velho. **Revista Integração**, Brasília/DF, ano 13, n. 23, p. 43-47, ago. 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- CIDADE, Ruth. Eugenia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-PRATICA-PEDAGOGICA.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- CIDADE, Ruth. Eugenia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, MG: Gráfica Breda, 1997.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questão e reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2003.
- FIGUEIRA, Emílio. **Vamos conversar sobre crianças deficientes?** São Paulo: Memnon, 1993.
- FINCK, Silvia Christina Madrid. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2011
- GONZALES, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LIBANEO, João Batista. **A arte de formar-se**. São Paulo: Loyola, 2001.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Escolar**: comum ou especial? São Paulo: Pioneira, 1987.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de. **Infância em movimento**: estudos em estimulação precoce. Niterói, RJ: Nota Bene, 2001.

SEYBOLD, Annemarie. **Educação Física**: Princípios Pedagógicos. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física Inclusiva na Escola**: em busca de uma escola plural. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIÉGAS, Conceição de Maria Correa. Educação, Trabalho e Pessoas com Deficiência. **Revista Integração**, Brasília/DF, ano 10, n. 22, 2000.